

ano 11 - n. 20 | set. 2021/fev. 2022
Belo Horizonte | p. 1-212 | ISSN 2316-5499
R. de Contratos Públicos – RCP

Revista de
CONTRATOS PÚBLICOS

RCP

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOUTRINA

ARTIGOS

Aplicação de medidas disciplinares decorrentes de programas de integridade das estatais: natureza e requisitos

Bernardo Strobel Guimarães, Caio Augusto Nazario de Souza	9
1 Introdução.....	9
2 Os programas de integridade e sua regulamentação legal	10
3 Empresas estatais e o dever de integridade.....	13
4 Natureza das regras de integridade: normas internas, decorrentes da autonomia empresarial	17
5 Funcionalização parcial dos atos internos das estatais relativos aos seus empregados	19
6 Natureza privada das sanções decorrentes do programa de integridade e suficiência do procedimento	22
7 Considerações finais.....	30
Referências	31

Impactos macroeconômicos em contratos de concessão: o efeito histerese

Deise da Silva Oliveira, Caiã Lopes Caramori	33
I Introdução.....	33
II Limites da imutabilidade dos contratos de concessão	34
III Incidência de efeitos macroeconômicos em contratos de concessão	39
IV A histerese econômica	42
V Conclusão	46
Referências	47

Pagamento direto ao subcontratado nas Diretivas europeias e no Código dos Contratos Públicos portugueses: um *instituto jurídico* de difícil concreção hermenêutica

Fábio Pereira da Silva	49
1 Introdução.....	49
2 Entrada na matéria: a transfiguração da função administrativa	51
3 À procura de uma hermenêutica possível.....	59
4 Continuando a desbravar o caminho teórico-conceitual.....	61
5 Compreensão material da invocação do motivo justificado	67
6 Reflexão final	71
Referências.....	72

A indenização dos bens reversíveis na hipótese de advento do termo do contrato de concessão de serviço público e a Análise Econômica do Direito

Fernando José Longo Filho	75
1 Introdução.....	75
2 O Direito em questão	77
3 Problemática à luz da AED.....	79

4	Proposição de alternativa mediante a AED	83
5	Conclusões	86
	Referências bibliográficas.....	87

Como a regulação do comércio internacional impacta no desenvolvimento de uma nação: os contratos públicos brasileiros no cenário globalizado

Juliana Markendorf Noda, Luiz Gustavo de Andrade	89	
1	Introdução.....	90
2	A regulação do comércio internacional no pós-Segunda Guerra: a distribuição do poder econômico e seus desdobramentos na economia mundial.....	91
3	Como o comércio internacional impacta no desenvolvimento de uma nação: crescimento econômico e desenvolvimento sustentável.....	94
4	O acordo de facilitação do comércio: a desburocratização do comércio exterior e a eliminação de barreiras administrativas.....	98
5	O acordo de contratos públicos: desenvolvimento da regulação no âmbito das contratações públicas.....	100
6	Considerações finais.....	102
	Referências.....	103

Matriz de riscos em contratos de obras celebrados por empresas estatais: a Lei nº 13.303/16 e o posicionamento do TCU

Larissa Quadros do Rosário	105	
1	Inovações no âmbito da Lei nº 13.303/16: regime e modalidades contratuais, caracterização do equilíbrio econômico-financeiro contratual	105
2	Conceito, funções e paradigmas envolvendo a matriz de riscos	108
2.1	Aspectos gerais sobre a matriz de riscos.....	108
2.2	A utilização da matriz de riscos nas contratações como uma quebra de paradigma... ..	110
2.3	A Lei das Estatais e a matriz de riscos: cláusula contratual essencial.....	113
3	Matriz de riscos à luz da jurisprudência do TCU.....	115
4	Estratégias para a conformação de uma matriz de riscos eficiente: princípios e <i>guidelines</i> para gestão de riscos.....	119
5	Conclusão: vantagens, desvantagens da adoção de uma matriz de riscos e avanços necessários	122
	Referências.....	124

Responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado por comportamentos administrativos

Nadia Cristina Batista	127	
1	Introdução	127
2	Conceito e fundamentos justificadores da responsabilidade estatal.....	129
3	Evolução das teorias sobre a responsabilidade civil do Estado	131
3.1	Teoria da irresponsabilidade do Estado	132
3.2	Teoria da responsabilidade com culpa civil comum do Estado	132
3.3	Teoria da culpa administrativa	133
3.4	Teoria do risco administrativo	134
3.5	Teoria do risco integral.....	135
4	Responsabilidade do Estado no direito brasileiro.....	136
4.1	Responsabilidade por ação ou ato comissivo do Estado	138
4.1.1	Por comportamentos lícitos	138
4.1.2	Por comportamentos ilícitos	139
4.2	Responsabilidade por omissão do Estado.....	140
5	Excludentes ou atenuantes da responsabilidade estatal	141

5.1	Ação regressiva do Estado contra o agente público	143
6	Conclusão	145
	Referências	146

Subcontratação de contratos administrativos: um esforço conceitual e sistemático necessário

Pedro Henrique Braz De Vita, Vitor Beux Martins	149	
1	Introdução.....	149
2	Conceito e caracterização da subcontratação.....	151
3	Requisitos para a utilização legítima da subcontratação de acordo com a legislação e a jurisprudência do TCU.....	155
4	Contraponto à concepção ampla de subcontratação: a delegação de obrigações acessórias	159
5	Conclusão	163
	Referências.....	164

A relevância do *dispute board* como ferramenta de consensualidade para a legitimidade e eficiência da Administração Pública na nova Lei de Licitações

Rodrigo Carvalho Polli, Luciano Elias Reis	167	
1	Introdução.....	168
2	A emersão do Estado Eficiente	168
3	Brasil: um cenário fértil para propagação da consensualidade	171
4	A consensualidade e o diálogo para a Administração Pública como fatores de legitimação e eficiência.....	173
5	A transigência de direitos disponíveis da Administração Pública Brasileira e o avanço legislativo.....	176
6	Os meios extrajudiciais para a resolução de conflitos e a nova Lei de Licitações	179
7	Os comitês de resolução de conflitos: eficiente método alternativo ao Poder Judiciário	181
8	Considerações finais.....	183
	Referências	184

Inaplicabilidade do conceito de serviço público aos contratos de arrendamento portuários

Sandro José Monteiro	187	
1	Introdução.....	187
2	Aspectos históricos da exploração portuária	188
2.1	A exploração portuária e as constituições federais	188
2.2	Arrendamento contrapõe-se o conceito de serviço público	192
3.1	O vocábulo arrendamento no setor portuário.....	199
3.2	Objeto do arrendamento portuário e o Landlord: foco no privado.....	203
4	Conclusão	207
	Referências.....	208

Instruções para os autores.....	211
---------------------------------	-----